

MESTRADO
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

GÉNERO E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: A INFLUÊNCIA
DE *GENDER MAINSTREAMING* NA IMPLEMENTAÇÃO
DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

NÚRIA ARAÚJO NEVES

OUTUBRO – 2019

MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

GÉNERO E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: A INFLUÊNCIA
DE *GENDER MAINSTREAMING* NA IMPLEMENTAÇÃO
DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

NÚRIA ARAÚJO NEVES

ORIENTAÇÃO:

PROFESSORA DOUTORA SARA CASACA FALCÃO

OUTUBRO – 2019

RESUMO

As alterações climáticas são um dos maiores desafios da atualidade, e o género surge como um excelente ponto de partida para melhor compreender as diferentes formas como homens e mulheres são afetados/as pelas mesmas. Ao longo deste trabalho procura-se compreender de que forma o *mainstreaming* de género tem evoluído, quais objetivos alcançados dentro das organizações internacionais e o modo como influenciou a narrativa da adaptação às alterações climáticas. Procura-se também analisar o impacto que poderá existir na implementação de projetos que adotam *gender mainstreaming* como base estruturante. Foi utilizada bibliografia que discorre sobre os temas tratados, bem como a indicadores estatísticos sobre as temáticas do desenvolvimento humano e da igualdade de género, e a uma análise de um projeto implementado pela associação GROOTS Quénia.

Conceitos: transversalização de género, género, alterações climáticas, ambiente, desenvolvimento

ABSTRACT

Climate change is one of today's biggest challenges, and gender is an excellent starting point for better understanding the different ways men and women are affected by it. Throughout this work we seek to understand how gender mainstreaming has evolved, what goals have been achieved within international organizations and how it has influenced the narrative of climate change adaptation. It also seeks to analyze the impact that may exist on the implementation of projects that adopt gender mainstreaming as a structuring basis. We used bibliography that discusses the topics covered, as well as statistical indicators on the themes of human development and gender equality, and an analysis of a project implemented by the GROOTS Kenya association.

Concepts: gender mainstreaming, gender, climate change, environment, development

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero de deixar um agradecimento especial à minha orientadora, a Professora Doutora Sara Casaca Falcão por todo o apoio dado, as críticas construtivas e paciência durante o processo de criação do Trabalho Final de Mestrado, o seu contributo foi fundamental para a sua elaboração.

Agradeço à Rebeca, Rafaela e Inês o constante apoio e conversas sobre a realização deste trabalho, o vosso encorajamento foi precioso principalmente enquanto estive na China.

Finalmente, agradeço também aos meus pais e irmão, restantes familiares e amigos pela confiança e constante apoio nas alturas de maior desespero.

Índice

Resumo	I
Agradecimentos	II
Introdução	1
1. Enquadramento teórico e da problemática	3
1.1 Revisão da literatura: Influência de <i>gender mainstreaming</i> nas políticas das alterações climáticas	3
1.2 Impacto das mudanças climáticas	9
1.3 Mitigação da degradação ambiental a nível individual e coletivo	13
1.4 Enquadramento político e normativo internacional	14
1.5 Breve introdução sobre o impacto ambiental das alterações climáticas no Quénia e a sua relação com a temática de género	15
2. GROOTS Quénia, análise do Projeto: “Acelerando o acesso das mulheres rurais aos mercados e comércio agrícola”	20
2.1 Justificação da opção pelo projeto selecionado	20
2.2 Análise do projeto: “Acelerando o acesso das mulheres rurais aos mercados e comércio agrícola”	23
2.2.1 Resultados: aplicabilidade e transferibilidade	2
2.2.2 Alcance do projeto	27
Conclusões	28
Bibliografia	32

Introdução

Em 1995 no seguimento da 4ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres em Pequim, o *mainstreaming* de género foi reconhecido como uma estratégia indispensável para a obtenção de igualdade de género (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2013, pp. 9-15). O impacto que as disparidades entre homens e mulheres apresentam, como maior ou menor representação política, diferenças no rendimento e posição social passou a ser denotado como um agravador de desigualdades nas esferas do trabalho e vida familiar. De forma a combater estas divergências foram criadas iniciativas para o desenvolvimento procuraram ter em consideração as necessidades e dificuldades específicas das mulheres, com o objetivo de implementar estratégias que permitissem a melhoria das suas condições de vida.

Outra temática muito discutida atualmente é o das mudanças climáticas: as alterações dos padrões de clima colocam em risco a segurança alimentar, elevam os níveis de água nos oceanos e contribuem para a ocorrência de catástrofes naturais. São vários os impactos das alterações climáticas e ocorrem numa escala global.¹ Sabendo que o género é transversal a outras áreas temáticas colocaram-se as seguintes questões de partida: Que desvantagens e vulnerabilidades são enfrentadas pelas mulheres no âmbito das alterações climáticas? As políticas sensíveis às alterações climáticas e vocacionadas para a proteção ambiental têm integrado uma perspetiva de género (*gender mainstreaming*)? Se assim for, em que contextos que progressos têm sido alcançados através de uma abordagem de *gender mainstreaming* nas políticas relativas às alterações climáticas? Quais são os pontos chave a considerar no desenvolvimento de projetos tendentes a contrariar as desigualdades de género e a combater a degradação ambiental?

¹ <https://www.un.org/en/sections/issues-depth/climate-change/> Acedido em maio de 2019

A realização do enquadramento teórico foi feita através de pesquisa da literatura existente sobre género, *mainstreaming* de género, desenvolvimento e alterações climáticas, assim como de documentos disponibilizados em alguns *websites* de organismos internacionais, como é o caso da Organização das Nações Unidas (ONU).

Para desenvolver a parte empírica foram consultados dados estatísticos, relatórios e documentos que abordam o desenvolvimento humano no Quénia, o impacto das alterações climáticas no Quénia, a temática da igualdade de género, alterações climáticas e do desenvolvimento. Esta análise foi feita pesquisa nos sites do Ministério da Cultura do Quénia, do Bureau Nacional de Estatísticas do Quénia, da União Interparlamentar, das Nações Unidas, entre outros. É feita a análise do trabalho elaborado pela GROOTS Quénia, criada em 1995 após a 4ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres em Pequim, e mais especificamente do projeto “Acelerando o acesso das mulheres rurais aos mercados e comércio agrícola”. Foram analisados pedidos de financiamento concedidos pelo Fundo Japonês para o Desenvolvimento Social (JSDF) e relatórios criado pelas GROOTS Quénia.

Com a pressão criada pelo *mainstreaming* da temática de género, das alterações climáticas e a relação entre as mesmas, o esforço das instituições, empresas e outros agentes tem sido direcionado para a implementação de novas políticas e regras que permitam uma maior sensibilização e integração de indivíduos, sendo as mesmas aplicadas a projetos futuros. Lamentavelmente, não conseguimos encontrar projetos que permitissem uma análise comparativa dos resultados obtidos antes e após a incorporação destas modificações estruturais. Decidimos analisar um projeto que procura capacitar para o empoderamento e para a ação mulheres (agenciamento), procurando também uma organização/associação que utilizasse o *mainstreaming* de género na sua atuação.

1. Enquadramento teórico e da problemática

1.1 Revisão da literatura: Influência de *gender mainstreaming* nas políticas das alterações climáticas

O género e as preocupações ambientais relacionam-se a vários níveis no que diz respeito à formulação de políticas, sendo imperativo que haja uma distribuição de poder equilibrada no que diz respeito à participação nas tomadas de decisão que afetam as comunidades. Isto é relevante tanto numa perspetiva de género como numa perspetiva de proteção ambiental. A igualdade de género também é essencial para enfrentar os principais desafios de um desenvolvimento sustentável, ou seja, para o uso, a monitorização e a gestão de recursos naturais e para a prevenção da degradação ambiental e da poluição. Uma análise minuciosa tem provado a existência não só de uma ligação com o género, como também de fortes desigualdades em relação aos impactos sofridos por homens e mulheres (Parlamento Europeu, 2017). Devido à influência social de *papéis de género*², os papéis desempenhados por mulheres e homens no contexto familiar, na comunidade, no mercado de trabalho ou na vida pública em geral estão associados a diferentes valores, atitudes, prioridades e graus de poder relativamente a decisões relevantes sobre os recursos naturais e a proteção ambiental. Há também diferenças na forma como mulheres e homens interagem com o meio ambiente, de onde resultam diferentes estratégias para a sua proteção (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, 2009, pp. 16-17).

Tradicionalmente, na maioria das famílias, as mulheres sempre desempenharam funções de supervisão e gestão da água, de bens alimentares e resíduos. No entanto, por terem acesso restrito a cargos públicos, bem como uma fraca participação na esfera política, as decisões sobre sistemas de gestão dos recursos são geralmente tomadas pelos homens; por conseguinte, as opiniões e necessidades das mulheres tendem a não ser consideradas (Aguilar, 2002).

² Conjunto de normas de ação e comportamento tradicionalmente atribuídas a homens e mulheres e classificadas, respetivamente, por masculinas e por femininas. Os papéis de género aprendem-se através de processos de socialização e podem alterar-se não sendo, por isso, fixos. (PINTO, et al., 2017)

Do ponto de vista da segurança ambiental, a degradação do ambiente tem vindo a intensificar conflitos e a aumentar a competição pelos recursos naturais, agravando tensões sociais, que, em muitos casos, resultam numa maior incidência de violência contra as mulheres, dificultam o acesso aos recursos naturais que se tornam escassos, diminuem os recursos financeiros devido às perdas de emprego e afetam negativamente os níveis de saúde das comunidades. Todos estes fatores devem ser tidos em consideração aquando da criação de planos/políticas de proteção ambiental por parte dos governos existentes (United Nations Programme Environment, 2015).

A estratégia defendida como mais eficaz é denominada de *gender mainstreaming* (ou transversalização de uma perspetiva de género). Surgindo após a Plataforma de Ação de Pequim em 1995, o termo *gender mainstreaming* (GM) tem diversas definições, sendo mais comumente aceite aquela providenciada pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC):

“A integração de uma perspetiva de género é o processo de avaliar as implicações para mulheres e homens de qualquer ação planeada, incluindo legislação, políticas ou programas, em todas as áreas e a todos os níveis. É uma forma de tornar as preocupações e experiências das mulheres e dos homens uma dimensão integral da conceção, implementação, monitorização e avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas, económicas e sociais para que mulheres e homens beneficiem igualmente e que a desigualdade não seja perpetuada. O objetivo final é alcançar a igualdade de género” (Adaptado de Zachariassen, 2012, p. 8).

A perspetiva de género é assim introduzida numa tentativa de se abandonar a separação - e o conseqüente tratamento isolado - das questões relacionadas com as mulheres e as discriminações sofridas pelas mesmas, passando a envolver a temática de igualdade de género no cerne do debate científico, político e social mais vasto. A transversalização de uma perspetiva de género é então vista como meio de capacitação e empoderamento, aplicado transversalmente a todos os

domínios de política. A criação deste termo foi possível devido à evolução da área de estudos das mulheres que procurava promover os direitos das mulheres, focando-se na abordagem de *Women in Development* (WID), após a década de 1970, e que mais tarde evoluiria para o conceito que conhecemos atualmente - *Gender and Development* (GAD), e que foi o meio que permitiu honrar o que foi acordado em Pequim³. Nas fases iniciais de promoção dos direitos das mulheres, através da abordagem WID, a inclusão das mesmas em iniciativas de desenvolvimento era o método praticado, de acordo com Razavi e Miller:

“O foco dos defensores do WID nos papéis produtivos das mulheres significava que a subordinação das mulheres (e, por implicação, a superação dessa subordinação) era vista dentro de uma estrutura económica. Ao explicar a diferença de estatuto e poder entre homens e mulheres em termos de suas contribuições económicas relativas, a origem da subordinação das mulheres estava ligada à sua exclusão do mercado. Argumentou-se, portanto, que, se as mulheres fossem trazidas para a esfera produtiva mais plenamente, não só contribuiriam de forma positiva para o desenvolvimento, mas também poderiam melhorar a sua condição em relação aos homens.” Adaptado de (Razavi & Miller, 1995, pp. 3-4).

Não havia qualquer tipo de interrogação ou crítica relativamente às estruturas sociais dominantes, não se questionando e desafiando os condicionalismos estruturais existentes à igualdade entre mulheres e homens. Por isso, as mulheres passavam por um processo de inclusão passivo, essencialmente reduzido à geração de rendimentos (recursos económicos) – e que, na maioria das vezes, era de curto prazo e não sustentável. Poucos avanços definitivos foram alcançados na alteração das relações de poder, pelo que as estruturas discriminatórias se mantiveram (Razavi & Miller, 1995, pp. 32-34).

³ Publicação Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social, “From WID to GAD: Conceptual Shifts in the Women and Development Discourse”, [http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/\(httpAuxPages\)/D9C3FCA78D3DB32E80256B67005B6AB5/\\$file/opb1.pdf](http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/(httpAuxPages)/D9C3FCA78D3DB32E80256B67005B6AB5/$file/opb1.pdf), 1995, acedido em: 24 de maio de 2018

É com a abordagem GAD que surge uma metodologia com um maior potencial transformador das relações de poder e das estruturas socioeconómicas. O impacto que as disparidades entre homens e mulheres apresentam, como diferenças físicas, maior ou menor representação política e posição social, passou a ser denotado como um agravador das desigualdades pré-existentes nas esferas do trabalho e vida familiar. Nesse sentido, foi preciso criar iniciativas para o desenvolvimento que tivessem em consideração as necessidades e dificuldades específicas às mulheres, com o objetivo de implementar estratégias que permitissem a melhoria das suas condições de vida (Zachariassen, 2012, pp. 14-15).

Homens e mulheres passam então a ser vistos como agentes ativos, capazes de gerar mudança nos contextos que habitam, onde vivem e se relacionam. Conferir-lhes poder torna-se um meio necessário para expandir as suas capacidades e permitir que tenham mais escolhas. Esta nova visão também reconhece o elevado grau de complexidade que a integração de uma perspetiva de género tem, pois abrange as esferas sociais, económicas, culturais e políticas que ditam como mulheres e homens participam e beneficiam do desenvolvimento. (Zachariassen, 2012, pp. 9-10)

Quando se fala em alterações climáticas através de uma perspetiva de género, são vários os aspetos a ter em consideração. Analisando as relações de poder e a capacidade de participação política através de uma perspetiva de género, somos alertadas/os para a existência de disparidade na distribuição de cargos políticos, sendo maioritariamente homens os agentes que ocupam tais cargos e possuem capacidade para tomar decisões que afetam a comunidade. A ausência de um número expressivo de mulheres em cargos de topo na esfera política significa que aquando da criação de legislação ou planos de ação nas mais diversas áreas, os assuntos específicos às mulheres não são discutidos. Esta ausência de proporcionalidade numa distribuição de cargos entre homens e mulheres que lhes confira “agencialidade” na deliberação e adoção de medidas sobre mudanças climáticas tanto a nível nacional como internacional, na participação na criação de

conhecimento científico e no desenvolvimento de tecnologia promotores da proteção e da sustentabilidade ambiental. Adicionalmente, encoraja a que se pense na necessidade de incluir as opiniões e perspetivas tanto dos homens como das mulheres em todos os debates, de modo a conceber políticas eficazes e inclusivas (o que passa por ponderar: o impacto das alterações climáticas nas condições de vida de homens e mulheres, como diferem as suas contribuições e quais as suas perceções e conhecimentos sobre mudanças climáticas e ambiente em geral e que soluções de adaptação e mitigação preferem adotar). Estes aspetos devem ser analisados à luz de diversas dimensões que se cruzam com o género: como os fatores económicos (salários, por exemplo), classe social, idade, por exemplo (Hemmati, 2009).

As dimensões de género podem ser diferenciadas em:

- a) “Psicossocial - As identidades de género estão enraizadas em entendimentos culturais sobre o que significa ser homem ou mulher, enquanto os papéis de género são baseados nas expectativas sociais de ser homem ou mulher. Ambos podem ser traduzidos em diferentes padrões de consumo, potencialmente resultando em estilos de vida mais ou menos intensos em energia, e em atitudes e perceções diferenciadas, baseadas em valores diferentes (por exemplo, justiça e ética versus relação custo-desempenho).
- b) Socioeconómica - A divisão do trabalho em função do género, seja remunerado ou não remunerado, leva a diferenças nos efeitos das mudanças climáticas e nos requisitos para o desenvolvimento de práticas para a mitigação das mesmas. As disparidades económicas levam a diferenças na capacidade de mitigar as mudanças climáticas. Em média, os salários e ativos das mulheres são menores. Assim, as mulheres (em particular mães solteiras e mulheres idosas) ficam em desvantagem se forem necessárias medidas dispendiosas de adaptação e mitigação.

- c) Sociocultural - Não é apenas na família que os papéis sociais se manifestam: outras áreas da vida social também exibem e consolidam padrões culturais, como o uso de serviços públicos (por exemplo parques e sistemas de transporte) ou o espaço físico dentro do qual mulheres e homens se deslocam.
- d) Legal - Os índices de desigualdade que podem influenciar os impactos de género das políticas de mudanças climáticas são, por exemplo, as diferenças de rendimento e o acesso aos empréstimos.
- e) Política – Vários setores sociais que têm a maior influência na tomada de decisões relacionadas com o clima - mitigação e adaptação - são dominados por homens. Mulheres e homens apresentam diferenças nas suas perceções e atitudes em relação a problemas relacionados com a mudança climática e apresentam diferentes perspetivas de risco.
- f) Física/biológica – Há indícios de que os impactos da mudança climática na saúde podem diferir entre mulheres e homens por razões biológicas, além das razões sociais de impactos na saúde, como ser cuidado por parceiros ou sofrer exposição a produtos químicos.” Adaptado de (European Institute for Gender Equality, 2012, p. 17).

A integração da perspetiva de igualdade de género nas políticas de alterações climáticas é, portanto, fundamental, pois a criação de legislação, de políticas e programas que não considerem o peso destas variáveis podem facilmente exacerbar as desigualdades existentes. Além disso, existe um decréscimo na eficiência e eficácia da sua implementação caso as políticas de mudança e de proteção ambiental não sejam direcionadas para todos os participantes existentes, pois só políticas com base no género, sensíveis (às diferenças existentes) e inclusivas atingirão a maioria da população. Quando se menciona a palavra género, de um modo geral, existe a tendência para nos focarmos de forma quase exclusiva nas necessidades e vulnerabilidades das mulheres e a sua ausência nas esferas de poder e tomada de decisões. A maioria dos dados recolhidos e análises efetuadas

concentra-se nos diferenciais de género, muitas vezes os "papéis socialmente construídos e as oportunidades associadas a ser um 'homem' ou 'mulher', as interações e relações sociais entre homens e mulheres" não são adequadamente analisados. Além disso, uma generalização de "mulheres" e "homens" é problemática: deve ser dada atenção às diferenças dentro de cada categoria. Portanto, é importante levar em conta a interseccionalidade, o que significa vincular a dimensão "género" a outros fatores que moldam as condições de vida, como classe social, rendimento, educação, condições de vida e de trabalho e antecedentes culturais e étnicos. (Schultz & Stieb, 2009)

1.2 Impacto das mudanças climáticas

Papéis e responsabilidades diferenciados em função do género nas famílias e na vida doméstica, bem como mercados de trabalho segregados em função de diferenças no rendimento, tornam homens e mulheres suscetíveis a diferentes vulnerabilidades causadas pelos efeitos das mudanças climáticas. Além disso, as disparidades económicas existentes levam a diferenças na capacidade de adaptação. Em média, os salários e os bens das mulheres são inferiores aos dos homens. Isto pode colocar as mães solteiras e as mulheres idosas em posição de desvantagem acrescida quando são necessárias medidas de adaptação dispendiosas. A sobrecarga de trabalho doméstico, que recai sobre as mulheres, também precisa de ser considerada, pois leva a diferentes efeitos da mudança climática, bem como a diferentes requisitos para a adaptação às mesmas. O trabalho de cuidar pode aumentar devido a impactos na saúde causados pelas mudanças climáticas, ou devido a desastres naturais, colocando encargos adicionais sobre aquelas que são os principais responsáveis pelo cuidado (United Nations Framework Convention on Climate Change, 2019, pp. 6-11).

É importante notar aqui que os impactos da mudança climática são sentidos e vivenciados de maneira diferente em cada comunidade e região. É, portanto,

imperativo considerar a importância do género e do lugar em que os indivíduos ou grupos experimentam as mudanças e o papel das estratégias locais na adaptação às mudanças climáticas, que fornecem lições valiosas e capacidade de discernimento para o desenvolvimento sustentável (United Nations Framework Convention on Climate Change, 2019, p. 5).

Vários estudos indicaram que as mulheres tendem a ser mais afetadas por desastres naturais, degradação ambiental e outros fenómenos do que os homens. Esta desvantagem torna-se óbvia considerando que as mesmas compõem cerca 70% da população mundial mais empobrecida, assim como acarretam dois-terços de todo o trabalho efetuado na gestão familiar, mas controlam apenas 1% da totalidade dos bens existentes sendo-lhes frequentemente bloqueada a possibilidade de aceder e controlar terras, recursos económicos (auferir de um salário, ou sistemas de crédito), bens alimentares, tecnologia, educação. Existe regularmente falta de legislação que proteja os seus direitos fundamentais e lhes confira poder de decisão, estas barreiras sociais, económicas e políticas delimitam a sua capacidade de resposta (United Nations Women, 2017).

Há uma série de problemas que as mulheres enfrentam devido às mudanças climáticas:

Água: Em muitos países, as mulheres são responsáveis pela recolha de água para a família. Se houver menos água devido à seca, a distância a ser percorrida para encontrar água poderá aumentar significativamente. Isso influenciará a carga de trabalho das mulheres e o tempo que elas podem dedicar a outras tarefas ou trabalho. Existe também o risco de as raparigas terem de abandonar a escola para ajudar suas mães a recolher água.⁴

Agricultura: as alterações climáticas influenciam a agricultura, por exemplo, através de um aumento da temperatura, condições meteorológicas mais

⁴ GenderCC - Women for Climate Justice, “Water, gender and climate change” <https://gendercc.net/gender-climate/water.html>, acedido em: 28 de maio 2018

extremas, secas, etc. As colheitas e o gado são sensíveis às mudanças climáticas. Isso pode ter o efeito de não ser possível produzir uma determinada cultura em uma determinada área geográfica. Nos países em desenvolvimento, muitas mulheres trabalham na agricultura ou são responsáveis pela produção de alimentos para a família. Com essa agricultura local, as mulheres geralmente dependem de recursos naturais. Devido à falta de recursos econômicos, essas mulheres não podem investir em um sistema de irrigação que as torne menos dependentes da chuva. A acessibilidade aos recursos naturais é influenciada pelas mudanças climáticas. Se a colheita falhar ou diminuir devido à mudança climática, essas mulheres ganharão menos dinheiro e também terão menos comida para suas famílias. Isso também influenciará a saúde das mulheres e suas famílias (GenderCC, 2017, pp. 2-6).

Doenças e saúde: o aumento da temperatura, mas também as inundações, podem ter o efeito de que mais doenças ocorram. Isso afetará mais intensamente as mulheres porque elas ainda têm as principais responsabilidades de cuidado e, portanto, dedicarão mais tempo às mesmas. Por exemplo, pode haver um aumento nos mosquitos da malária devido ao aumento da temperatura e/ou mais chuva. As mulheres grávidas são mais vulneráveis a doenças como a malária e más condições higiênicas podem influenciar negativamente os períodos menstruais e a saúde materna. A mudança climática também pode causar um aumento nas mortes relacionadas ao calor, mais alergias respiratórias, problemas de saúde mental e stresse adicional. Além disso, práticas poluidoras como incêndios florestais contribuem para a mudança climática, mas também influenciam a saúde da população (local). Devido às alterações climáticas, pode haver falta de água (limpa) que possa influenciar as práticas de higiene. Quando há falta de água, a mesma será usada primeiramente como água potável e para cozinhar. Haverá menos água ou apenas água usada disponível para limpeza e saneamento.⁵

⁵ Folha informativa Women Engage for a Common Future, “CLIMATE CHANGE, HEALTH AND GENDER

Desastres: As mudanças climáticas podem resultar em condições meteorológicas extremas e desastres naturais. Em geral, os desastres têm mais vítimas femininas do que masculinas, existindo várias explicações para isso. Uma das razões é a posição socioeconómica das mulheres. As mais pobres podem, por exemplo, não conseguir, adotar medidas de proteção contra desastres naturais aumento a sua vulnerabilidade. Além disso, o papel tradicional das mulheres como cuidadoras torna mais difícil para as mulheres fugirem porque elas também têm de proteger as crianças ou os idosos. Há que ter em consideração o impacto que os papéis tradicionais das mulheres na sociedade têm sobre as suas hipóteses de sobrevivência, como o facto de que nem todas as mulheres aprendem a nadar, precisarem muitas vezes da autorização dos seus maridos ou famílias antes de saírem de casa ou mesmo o próprio uso de roupas tradicionais poderem restringir muito os seus movimentos, a mobilidade e a sua velocidade. Devido à falta de recursos financeiros elas também têm mais dificuldade em recuperar e reconstruir as suas vidas após um desastre. Além disso, no rescaldo dos desastres, há também um risco maior de violência sexual contra meninas e mulheres (Oxfam, 2010, pp. 2-4).

Estes problemas culminam muitas vezes na migração forçada das mulheres, devido à falta de opções. Se as mudanças climáticas tornam impossível viver e trabalhar numa determinada área e não há soluções em vista, as pessoas são forçadas a abandonar os locais onde residem. A mesma ocorre de duas formas: ou apenas o homem da família migra ou as próprias mulheres migram (geralmente levando consigo toda a restante família). A migração masculina leva a pressões adicionais para as mulheres pois têm de assumir as responsabilidades dos homens. Ao mesmo tempo, não têm o mesmo acesso aos direitos de propriedade e recursos que eles teriam, o que cria um fardo adicional. Quando as mulheres (e suas famílias)

FACT SHEET”

https://genderccc.net/fileadmin/inhalte/dokumente/5_Gender_Climate/Health/CC_health_en.pdf, 2004, pp 2-5, acedido em: 28 de maio de 2018

migram, elas são expostas a ameaças e perigos sérios como a violência. Partindo ou permanecendo são inúmeras as dificuldades que enfrentam (Bonewit, 2015).

1.3 Mitigação da degradação ambiental a nível individual e coletivo

Além da diferença em como homens e mulheres são afetados pela mudança climática, também pode haver uma diferença na medida em que mulheres e homens contribuem para o aquecimento global, especialmente a emissão de gases de efeito estufa. Tem sido sugerido que as mulheres podem ter uma pegada ecológica menor devido a diferenças no consumo. Por exemplo, as mulheres podem consumir menos carne, dirigir distâncias menores, usar o transporte público e consumir menos energia que os homens. No relatório de 2012 sobre as mulheres e o ambiente do Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE), sugere-se que homens e mulheres também possam pensar de forma diferente sobre soluções para o aquecimento global (European Institute for Gender Equality, 2012).

As mulheres estão mais dispostas a aceitar que precisam fazer mudanças em suas vidas pessoais para reduzir os efeitos das mudanças climáticas. As mulheres também são mais propensas a comprar produtos de empresas ecologicamente corretas e a pagar um preço mais alto por esses produtos. Eles também tentam escolher práticas de baixo carbono. Os homens, por outro lado, preferem soluções técnicas, como carros elétricos. Os homens também estão mais abertos ao uso da energia nuclear como fonte alternativa de energia, enquanto as mulheres não apoiavam a energia nuclear devido aos riscos mais elevados. Além disso, as mulheres não favoreciam medidas fiscais, como um imposto mais alto sobre energia. Isso pode ser explicado pelo facto de as mulheres geralmente terem um rendimento menor que os homens e, portanto, têm menos dinheiro para energia (European Institute for Gender Equality, 2012).

Trata-se, no fundo, de integrar uma perspetiva de género na proteção ambiental, procurando a promoção do equilíbrio entre homens e mulheres enquanto

participantes e beneficiários/as da mesma, considerando as suas experiências, visões e conhecimentos específicos. Num contexto mais amplo, significa minimizar os impactos negativos de certas atividades económicas e sociais sobre o ambiente, através da consciencialização de homens e mulheres para a adoção de abordagens e soluções sensíveis ao género, minimizando o consumo de recursos naturais e acelerando a utilização de tecnologias mais seguras para o ambiente. (Sida, 2016)

1.4 Enquadramento político e normativo internacional

No período que antecedeu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), realizada em 1992 no Rio de Janeiro, várias atividades de reflexão foram realizadas para cimentar a ideia de que as mulheres não deveriam acarretar a maioria dos custos resultantes de problemas ambientais, mas como deveriam assumir uma posição de agentes ativos e de mudança, garantindo não só a gestão dos recursos primários, também contribuir para a solução da crise (United Nations Economic Commission for Europe, 2012).

Estas atividades contribuíram para a criação da Agenda 21 - um guia para o desenvolvimento sustentável no séc. XXI que incluiu mais de 145 referências aos papéis e posições específicas das mulheres no ambiente e desenvolvimento sustentável. É de salientar o capítulo 24, intitulado "Ação global para as mulheres para o desenvolvimento sustentável" onde se reconhece a necessidade de uma ampla participação das mulheres – salientando a sua importância - em todos os níveis governamentais e em todas as atividades relacionadas ao desenvolvimento sustentável das agências da ONU, bem como a necessidade de integração da perspectiva de género no planeamento e implementação do desenvolvimento sustentável (United Nations Economic Commission for Europe, 2012).

A 4ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres em Pequim, em 1995, identificou o ambiente como uma das doze áreas críticas para as mulheres.

A Seção K da Plataforma de Ação de Pequim, sobre mulheres e meio ambiente, afirmou que “as mulheres têm um papel essencial a desempenhar no desenvolvimento de padrões e abordagens de consumo e produção sustentáveis e ecologicamente corretos para a gestão de recursos naturais” (European Institute for Gender Equality b, s.d.).

São já várias as cimeiras e reuniões que envolvem líderes mundiais procuraram salientar a importância da aproximação das questões de género e ambientais. Atualmente a incorporação de perspetivas de género no trabalho sobre desastres naturais requer uma sólida compreensão das mesmas em relação à gestão ambiental, bem como a identificação das perspetivas relevantes na gestão de riscos de desastres, do seu impacto e nas respostas de emergência. Com base nesse conhecimento, é preciso identificar formas e meios de abordar essas perspetivas de género no desenvolvimento de políticas, estratégias e planos de ação (European Institute for Gender Equality b, s.d.).

1.5 Breve introdução sobre o impacto ambiental das alterações climáticas no Quénia e a sua relação com a temática de género

Constituído por montanhas e planaltos, e atravessando a zona do equador as temperaturas no Quénia variam muito consoante a localização geográfica que analisamos, apresenta temperaturas máximas que rondam os 15 graus celsius no planalto e 29 graus celsius na zona costeira. Situado na Zona de Convergência Intertropical (ITCZ) o Quénia está suscetível a chuvas intensas na faixa estreita perto do equador, que se propagam de outubro a dezembro (denominadas chuvas curtas) e novamente de abril a maio (denominadas chuvas longas) tendo assim duas estações chuvosas. (Unicef, 2010) O padrão de precipitação das mesmas varia de ano para ano e varia e é afetado pela El Niño Oscilação Sul (ENSO)⁶. Sendo o El

⁶ “A El Niño Oscilação Sul (ENSO) é uma mudança periódica do sistema de atmosfera oceânica no Pacífico tropical, que afeta o clima em todo o mundo. Acontece todos os anos 3-7 (5 anos em média) e normalmente dura nove meses a dois anos. Está associado a inundações, secas e outras perturbações globais. Enquanto o El Niño é caracterizado por temperaturas oceânicas incomumente quentes na região central a leste do Pacífico equatorial, o La Niña é caracterizado por temperaturas oceânicas incomumente frias nesta região, mas águas quentes no Pacífico ocidental. Na maioria dos anos, o aquecimento dura apenas algumas semanas ou um mês, após

Niño marcado pelo aumento das temperaturas do mar nas zonas central a leste do Pacífico equatorial e aumento do período de chuvas curtas. Quando ocorre a El Niña, há uma baixa na temperatura resultando em águas atipicamente frias no Pacífico equatorial. Caso algum destes fenómenos se propague por períodos extensos poderão afetar a fauna e flora oceânica acarretando consequências negativas para a indústria da pesca. O impacto das alterações climáticas a estes fenómenos do El Niño e El Niña aumenta os problemas (Unicef, 2010).

Entre 1960 e 2003 foi registado o aumento de um grau celsius em relação às temperaturas médias anuais, sendo que era durante a época das chuvas longas (abril a maio) que o aquecimento era mais notório, é durante este período que ocorre a plantação dos alimentos. No mesmo período compreendido ocorreu um aumento 15% de dias quentes, sendo 57 dias por ano, o número médio de noites quentes também aumentou registando-se 113 anualmente. Isto resultou num aumento de 18,8% de dias quentes durante a época de chuvas longas.

Desde 2000 o Quénia tem enfrentado alterações climáticas extremas, resultando em secas prolongas e chuvas torrenciais que dão origem a inundações. Alterações deste nível trazem consequências nefastas como a degradação dos solos, a perda das colheitas, a secura dos rios, o desaparecimento de glaciares (que rodeavam o Monte Quénia), a ocorrência de deslizamento de terras. Todas estas manifestações resultantes das alterações climáticas criam problemas que têm um efeito “bola de neve”, pois uma vez que os solos se degradam existe um aumento na competição para obtenção de boas terras, às quais só terão acesso os/as que tiverem maior poder económico. Os/as restantes têm de cultivar terras que não darão origem a boas colheitas, a falta de água e escassez de alimentos resulta no adoecimento e morte do gado. Uma baixa na produção tem um impacto direto no lucro obtido e também nas condições de vida das populações que têm menor acesso aos recursos hídricos, menos alimento disponível, e maior suscetibilidade a

o qual os padrões climáticos voltam ao normal e a pesca melhora. No entanto, quando as condições do El Niño duram por muitos meses, ocorre um aquecimento oceânico mais extenso e seu impacto económico na pesca local para um mercado internacional pode ser sério.” Definido pela Reef Resilience Network em: <http://reefresilience.org/pt/climate-and-ocean-change/el-nino-southern-oscillation/>

doenças. O surgimento de doenças que afetam humanos, plantas e animais e o aumento da sua propagação é outra consequência resultante do impacto das alterações climáticas, por exemplo, a diminuição do número de dias frios está relacionada com uma maior disseminação do vírus da malária (Unicef, 2010).

O impacto negativo resultante das alterações climáticas afeta a sobrevivência das populações, principalmente dos mais vulneráveis como as crianças pois torna-se impossível garantir a sua proteção contra a exposição a doenças e permitir o acesso a fontes de água potáveis e seguras. Estimativas feitas até 2100 apontam para um aumento entre um e cinco graus celsius da média da temperatura anual. As épocas de chuvas (longa e curta) continuarão a ocorrer na mesma altura, mas a pluviosidade irá aumentar, sendo previsto um aumento de até 40% no Norte do Quênia. Este aumento da pluviosidade significa um aumento no número de inundações que por sua vez continuarão a afetar negativamente a agricultura devido aos alagamentos dos solos. A má nutrição irá propagar-se pelas populações, uma vez que as famílias terão dificuldades agravadas para se alimentarem. Se uma criança nascer durante os períodos de seca, a probabilidade de ficar subnutrida aumenta em 50% segundo o Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP). A destruição de escolas e casas devido a inundações também agrava a situação, pois deixam de ter lugar onde poderia ser conferida proteção ou refeições ficando mais expostos. (Unicef, 2010)

As famílias mais pobres que habitam zonas rurais dependem da agricultura para garantir a sua sobrevivência, com as alterações climáticas a segurança alimentar torna-se um dos maiores problemas para o Quênia pois consome-se mais do que aquilo que se produz. Isto significa um aumento nas importações de arroz, trigo e milho que fazem parte da base alimentar das famílias. (FAO, 2014) Para combater esta dependência das importações não é possível desenvolver estratégias sem considerar as mulheres como imprescindíveis para o sucesso das mesmas. As mulheres representam cerca de 70% da força agrícola no Quênia, mas menos de 2% são donas de terras, trabalhando normalmente nas terras que pertencem aos seus esposos ou outros familiares (Kenya Land Issuance, 2018). Ao mesmo tempo

que trabalham as terras, as mulheres têm de desempenhar as suas funções dentro do agregado familiar que se traduz nas lides domésticas e no cuidar das crianças. Todas estas tarefas acumuladas representam uma limitação no tempo disponibilizado para a execução de cada uma, sendo um fator contributivo para o não aumento da produção agrícola, consequentemente, a sua nutrição fica comprometida por ser menor a quantidade e a diversificação de produtos produzidos. Isto também impede um aumento do rendimento o que compromete o acesso à educação, serviços de saúde e água potável. (FAO, 2014). As mulheres que procuravam fazer negócio com os seus cultivos encontraram muitas dificuldades para a criação dos mesmos. O Bureau Nacional de Estatísticas do Quênia apurou que em 2016, foram negados pedidos de empréstimo a instituições de micro finanças a 80,9% das mulheres que tinham negócios cujo público alvo eram mulheres. (Kenya National Bureau of Statistics, Micro, Small and Medium Establishments: Basic Report, 2016)

A falta de acesso às terras combinada com a disparidade de género encontradas no setor agrícola resultam numa capacidade de produção dos homens 8% superior à das mulheres. (International Food Policy Research Institute, 2016) Nas zonas rurais pobres existe menor acesso aos meios de comunicação podendo comprometendo a educação das populações, a falta de disseminação de informação apresenta outra dificuldade, sendo mais difícil saber onde e de que forma se pode pedir empréstimos para a criação de negócio ou aquisição de máquinas agrícolas, gerando falta de conhecimento acerca a legislação em vigor no país para aquisição de terras, ou na aquisição de novas técnicas agrícolas que podem contribuir para o aumento de produção. e evitar perdas maiores devido às alterações climáticas. A falta de acesso aos meios de comunicação em casos extremos pode significar o desconhecimento por parte das povoações acerca da forma como as alterações climáticas continuarão a afetar o setor agrícola e as suas próprias vidas. Outro fator a ter em consideração é a idade em que população feminina queniana se torna mãe.

Entre os 15 e os 19 anos cerca de 18% da população⁷ já tinha tido o/a primeiro/a filho/a ou estava grávida em 2014, segundo um estudo do governo queniano a realizado a nível nacional (Kenya National Bureau of Statistics, et al., 2014). Mulheres que se tornam mães cedo começam a assumir as tarefas no meio familiar e têm de providenciar sustento para a família, resultando no abandono escolar, e na vulnerabilidade ainda mais acentuada a empregos precários. Apesar de ter ocorrido um declínio considerável na taxa de iliteracia da população feminina queniana ainda são poucas as mulheres que continuam os estudos após completarem o ensino secundário, (13,8% nas zonas urbanas e 3% nas zonas rurais) (Kenya National Bureau of Statistics, et al., 2014).

O *mainstreaming* de género é uma ferramenta útil para a educação das populações pela disseminação de informação de forma clara e objetiva que muito contribui para a criação de pressão junto dos governos de forma alterar legislações a fim de alcançar igualdade e equilíbrio entre homens e mulheres, tendo em consideração as diferenças existentes. Uma forma de acelerar o processo de implementação de mudanças legislativas e garantir que as mesmas seguem princípios que honram também as mulheres é colocando as mesmas no governo e em outras posições de poder. Esta é uma área que merece toda a atenção, pois o requerimento constitucional queniano determina que o governo deverá ter uma representação mínima feminina de 33%, um-terço da Assembleia Nacional e do Senado serem composto por mulheres significa que problemas que são específicos a essa população serão discutidos. Em 2017 as mulheres quenianas representavam apenas 19,4% da Assembleia Nacional e 26,5% do senado, já em 2019 as mulheres quenianas compõem 21,8% da Assembleia Nacional e 30,9% do Senado, demonstrando uma melhoria encorajadora. Para além de ser importante ter mulheres em cargos políticos é de salientar que é igualmente importante ter um grupo heterogêneo de mulheres a ocupar cargos políticos, pois permite a representação de diferentes mulheres dentro da sociedade, por exemplo, com

⁷ O estudo foi realizado em 40,300 habitações familiares distribuídas pelos 47 condados do país, sendo distribuídos os inquéritos a um público-alvo composto por homens entre os 15 e os 54 anos de idade e mulheres entre os 15 e os 49 anos de idade. Fonte: <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR308/FR308.pdf>

diferentes níveis de educação, acessibilidade a informação, a cuidados de saúde e diferentes rendimentos. (Inter-Parliamentary Union, s.d.) Consideramos por isso que os esforços para o combate aos efeitos nefastos das alterações climáticas devem ser criados com o intuito de providenciar agencialidade às mulheres, pois apresentam um grande potencial de desenvolvimento, principalmente no setor agrícola queniano.

2. GROOTS Quénia, análise do Projeto: “Acelerando o acesso das mulheres rurais aos mercados e comércio agrícola”

2.1 Justificação da opção pelo projeto selecionado

No combate às alterações climáticas, são muitos os projetos de desenvolvimento criados para apoiar as populações quenianas. Para a estudo de caso decidiu-se analisar o trabalho efetuado pela GROOTS Quénia, uma associação de *grassroots*⁸ independente, que se denomina como um movimento que opera como uma rede flexível conectando líderes e grupos de zonas rurais e urbanas empobrecidas, no sul e norte do país. Tem como objetivo mudar a imagem das mulheres que habitam nas zonas rurais e urbanas pobres, abandonando a ideia de que são vulneráveis e dependentes de bens e serviços fornecidos por terceiros, e procuram providenciar a capacitação das mulheres para estarem nas linhas da frente principalmente na construção de movimentos de desenvolvimento, liderança e advocacia (“agenciamento”).

A GROOTS Quénia tem secretariado localizado em Nairobi que atua como uma infraestrutura que interliga todas as regiões através dos seus projetos, apoiando a sua direção estratégica. Tem como objetivo proporcionar apoio e criar solidariedade entre mulheres empenhadas em desenvolver as suas comunidades. Foi fundada em 1995, tendo surgido após a 4ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres em Pequim, na China. (GROOTS Kenya, s.d.)

⁸ “O nível básico da sociedade ou de uma organização, especialmente quando visto em relação a posições de poder mais altas ou mais centralizadas” Definição adaptada do Merriam-Webster fonte: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/grassroots>

A sua atuação estende-se em quatro áreas:

1. Resposta Comunitária ao HIV/SIDA
2. Recursos Comunitários e Meios de Subsistência
3. Programa para Mulheres e Propriedades
4. Liderança e Governação das Mulheres

A sua forma de atuar tem por base a formação e capacitação de mulheres, procurando encontrar soluções primeiramente dentro das suas comunidades. Isto contribuí para o aumento da sua capacidade de negociação, de conhecimentos sobre as tomadas de decisão dentro das suas comunidades e a nível nacional. A forma como a GROOTS Quénia opera garante uma responsabilização dos/as interessados/as, pois atuam em função das necessidades das suas comunidades, procurando também solução dentro das mesmas. A sua estrutura é constituída por membros das comunidades, permitindo uma maior flexibilidade para a mudança de objetivos aquando da implementação de projetos e áreas de atuação, pois os mesmos variam conforme as necessidades/problemas detetados. Anualmente os representantes das regiões onde a GROOTS Quénia atua reúnem-se de forma a planear estratégias para implementação de projetos ou angariação de fundos para o ano seguinte. Em 2007 já existiam cerca de 500 grupos/indivíduos associados à GROOTS Quénia. Os grupos não têm de fazer qualquer tipo de pagamento por se tornarem associados à GROOTS Quénia e também não estão vinculados por um conjunto de regras gerais, mas sim pela existência de necessidades compartilhadas. (Okech, 2008)

Foram várias a razões que me levaram a optar pela análise deste projeto. A altura da criação da associação GROOTS Quénia ocorreu no seguimento da 4ª Conferência Mundial da temática do género foi reconhecido como uma estratégia indispensável para a obtenção de igualdade de género, sendo esta a base estruturante do funcionamento da associação e de construção e implementação de projetos. Implementou o movimento de grassroots, que na prática significa

trabalhar para e com as populações, que procura ajudar tendo os interesses das comunidades que apoia em primeiro lugar. Consideramos este o ponto mais importante porque, ao contrário do que se pode observar em outras organizações e associações, não existe uma desconexão evidente entre aqueles/as que providenciam ajuda e elaboram projetos e os/as que a recebem. Alguém que nasceu e viveu nas zonas mais empobrecidas do Quénia faz uma melhor identificação de problemas existentes, e poderá oferecer soluções mais específicas e que permitam ajudar as comunidades. Ao colocar membros das comunidades como oradores nas conferências e fóruns internacionais são criadas linhas de comunicação geradoras de conhecimento que de outra forma seriam muito mais difíceis de aceder. O facto de procurar educar as comunidades de forma a conseguirem fazer a sua própria angariação de fundos significa que eventualmente poderão estar menos dependentes do financiamento externo.

Sendo uma rede flexível não são criados tantos constrangimentos ao colaborar com várias instituições e organizações, contribuindo para a melhoria de vida de inúmeros quenianos. Por se ter focado na educação das mulheres ofereceu apoio continuo sem se prender a ideais ou criar estratégias de implementação de projetos que não consultam as comunidades afetadas. Deu “agencialidade” a todas a mulheres com quem colabora, sendo um veículo para o empoderamento feminino promovendo a igualdade. Evitou tensões étnicas através ao estabelecer diálogos promovedores de paz por todo o país, e minimizou respostas negativas por parte dos homens ao procurar utilizar os seus conhecimentos e envolvendo-os ao longo de toda a implementação do projeto, tornando-os membros ativos neste esforço de transformação social e económica.

O crescimento continuo da GROOTS Quénia em número de projetos e associados é prova de que um movimento grassroots através do *mainstreaming* de género permitiram uma evolução gradual para o alcance de maior equilíbrio entre homens e mulheres.

2.2 Análise do projeto: “Acelerando o acesso das mulheres rurais aos mercados e comércio agrícola”

A GROOTS Quênia conseguiu em 2011 financiamento por parte do Governo do Japão no valor de 3 milhões de dólares americanos (USD) através do Fundo para o Desenvolvimento Social Japonês, distribuído pelo Banco Mundial, para a implementação do projeto “Acelerando o acesso das mulheres rurais aos mercados e comércio agrícola”. O projeto foi lançado em 2012, com um período de implementação de quatro anos e teve como objetivo principal o aumento do poder económico e meios de subsistência das mulheres rurais através de um melhoramento da produção agrícola e do acesso aos mercados (GROOTS Kenya c, 2016) . Usando a educação como ferramenta para lhes dar “agencialidade”, as mulheres melhoraram o seu conhecimento sobre a agricultura e técnicas adjacentes, assim como aprenderam estratégias de organização e liderança. O projeto ocorreu em dois condados que tinham os maiores índices de pobreza e as comunidades utilizavam a agricultura como meio de subsistência: Nakuro, onde 2712 mulheres rurais foram beneficiárias do projeto, e Kitui que envolveu 788 mulheres rurais, perfazendo um total de 3500 beneficiárias (Japan Social Development Fund & Banco Mundial).

Nakuro é o quarto maior condado do Quênia e o projeto foi implementado numa área denominada Molo que é composta por três sub-condados Molo, Kuresoi Norte e Kuresoi Sul. Está localizado na antiga província de Vale de Rift e é conhecido por ser uma região agrícola de terreno fértil composto por indivíduos das comunidades étnicas Kalenjin, Kikuyu e Kisii. Uma dificuldade que os agricultores diziam enfrentar recentemente era a imprevisibilidade dos padrões de chuva que eram caracterizados por períodos de seca longos, chuvas torrenciais e tempestades de granizo, assim como o surgimento de pragas que dizimavam as colheitas. Outro problema derivava da longa história de conflitos étnicos na região resultantes da chegada de comunidades não indígenas que se estabeleceram e fizeram cultivo. (GROOTS Kenya b, 2015) Kitui tem um clima semiárido onde o

cultivo é vulnerável a mudanças climáticas bruscas criando insegurança alimentar, sendo a comunidade composta maioritariamente por membros da etnia Kamba, nativos da região. Em 2008 apenas 4,2% das famílias tinham acesso a água potável e 7% tinha acesso a eletricidade. O projeto atuou em três sub-condados Kitui Rural, Kitui Central e Kitui Oeste (Japan Social Development Fund & Banco Mundial).

Foram detetadas algumas dificuldades que podiam comprometer o sucesso e exequibilidade do projeto: imprevisibilidade do impacto das variações climáticas sobre a produção agrícola e mercados; a diversidade étnica das comunidades poderia resultar em conflitos, principalmente considerando o efeito de fragmentação que as eleições de 2012 podiam causar nas comunidades; resposta negativa por parte dos homens ao empoderamento feminino. Numa tentativa de evitar estes problemas a GROOTS Quénia garantiu: a prestação de apoio às agricultoras para que fossem mais flexíveis e se conseguissem adaptar às alterações do clima tornando-se mais resilientes, e proporcionou de forma constante a organização de eventos promotores de paz entre as mulheres por todo o país. Garantiu a participação estratégica dos homens nas iniciativas de empoderamento feminino, incluindo-os ao longo de todo o processo: pedido de permissão para o uso das terras da família, participação dos esposos ou parceiros das mulheres envolvidas no projeto em diálogos públicos nas comunidades, identificação de agricultores homens bem sucedidos para que possam ser menores das mulheres que participam no projeto, distribuição de panfletos e folhas informativas que mencionam a importância estratégica das mulheres no acesso aos mercados e comércio agrícola e a sua contribuição para o desenvolvimento social e económico de homens e mulheres na região. (GROOTS Kenya b, 2015)

2.2.1 Resultados: aplicabilidade e transferibilidade

O projeto teve cinco áreas de atuação:

1. Organizar as mulheres agricultoras para trabalharem coletivamente de modo a permitir o seu empoderamento económico e melhoramento dos seus meios de subsistência: com financiamento no valor de 290.600,00 USD permitiu a identificação das 3500 beneficiárias através de mapeamento com a participação da comunidade; melhorar o seu trabalho coletivo e de empreendedorismo; dar formação e preparar as futuras formadoras da comunidade; selecionar e organizar os homens que se tornaram mentores das mulheres agricultoras; criação de grupos comunitários organizados que servem outras mulheres; existência de menores e intercâmbios para troca de experiências e aprendizagens. O resultado obtido foi a participação de 2712 mulheres agricultoras de Nakuru e 788 em Kitui que se organizaram em 131 grupos comunitários trabalhando as áreas de laticínios, aves e horticultura. A mudança de atitude dos homens, com 837 a apoiar as mulheres agricultoras na criação de negócios criou um ambiente de maior coesão e paz, o que melhorou a confiança das mulheres e encorajou as suas capacidades de inovação.
2. Melhorar a capacidade de *lobbying*⁹ e advocacia das mulheres agricultoras para obtenção de serviços essenciais que permitam melhorar a produção, com financiamento no valor de 304.400,00 USD. O treino e desenvolvimento das capacidades de *lobbying* e advocacia das populações levou a um aumento da participação ativa dos mesmos, que culminou no treino de 60 ativistas que lutam pelo acesso a serviços de produção, e na criação de duas fichas informativas e um livro guia sobre advocacia; participação ativa das mulheres junto do governo

⁹ Definição adaptada do Merriam-Webster: “Condução de atividades destinadas a influenciar funcionários públicos e especialmente membros de um órgão legislativo sobre legislação.” Fonte: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/lobby#h2>

queniano; 263 mulheres assumiram posições de liderança em diversos conselhos, quadros e comités locais.

3. Melhorar a capacidade de negócio das mulheres agricultoras para facilitar a criação de vínculos no mercado, com financiamento no valor de 414.700,00 USD distribuídos para a criação de eventos que permitiram o treino das mulheres e dos grupos comunitários criados na área dos negócios agrícolas, melhorando a sua inteligência acerca do mercado e apoiando o desenvolvimento dos seus negócios. Este investimento levou a que fossem treinadas 234 mulheres que continuam a passagem de conhecimento para os restantes membros das comunidade; Maior aceitação de novas tecnologias e práticas agrícolas (por exemplo, rotação de culturas e captação de água); aumento da produção do leite entre dois a cinco litros por vaca/dia que aumentou os rendimentos; aumento do número de aves por família (entre cinco e 30 aves); poupanças e investimento em grupo que permitiram a melhoria dos equipamentos agrícolas e infraestruturas.
4. Empoderar as mulheres para melhorarem os níveis de produção e capacitá-las de forma a aumentar o acesso a microfinanciamento a fim de fortalecer os seus negócios, com financiamento no valor de 1.326.860,00 USD. O investimento deste valor serviu para a educação financeira das mulheres que aprenderam a melhorar as suas capacidades de administração de rendimentos, empréstimos em grupo e o financiamento de fundos com a utilização de 880.000,00 USD (em Nakuru) para criação de novos projetos comunitários como o Fundo de Necessidades Básicas ou o Fundo de Empreendedorismo. Destes esforços obtiveram-se os seguintes resultados: as 3500 mulheres que faziam parte do projeto receberam uma bolsa do Fundo de Necessidades Básicas, 710 planos de negócios obtiveram financiamento (273 em Kitui e 437 em Nakuru).

5. Monitorização, Avaliação e Gestão do projeto com financiamento no valor de 521.940,00 USD, para a manter a transparência máxima, detetar potenciais problemas e determinar soluções rapidamente. (GROOTS Kenya c, 2016)

Os resultados obtidos são encorajadores e o projeto conseguiu ser realizado enfrentando as dificuldades inicialmente identificadas utilizando o diálogo e a educação como ferramentas. As mulheres foram o foco do projeto, mas no fim o contributo e os benefícios afetaram os homens e mulheres de Nakuru e Kitui. No entanto, é importante salientar os esforços que foram feitos para empoderar as mulheres, capacitando-as e permitindo que tomassem iniciativa e reivindicassem os seus direitos e criassem as suas próprias estratégias de sobrevivência. As duas localizações geográficas onde o projeto foi desenvolvido demonstram que é possível a implementação de projetos onde se utilizam técnicas para a adaptação às variações climáticas que se adequem ao contexto onde se inserem, sendo indispensável a reeducação das comunidades.

2.2.2 Alcance do projeto

Um exemplo de mobilização por parte da GROOTS Quénia é a forma de protesto que demonstraram em 1997 durante o Fórum sobre a Pobreza realizado no Quénia pelas Nações Unidas. Antes do Fórum ter ocorrido, já tinham sido feitos inúmeros pedidos, por parte da GROOTS Quénia, às Nações Unidas para darem voz as mulheres das comunidades que a associação apoiava, mas eram sempre barradas por pedidos de currículos e níveis de educação que estas não tinham. A situação alterou-se quando finalmente mulheres das comunidades foram convidadas a participar no Fórum sobre a Pobreza, contudo, uma vez que o mesmo se iria realizar no Quénia todos os oradores internacionais eram pagos por cada dia que se encontrassem no país, mas as mulheres por serem nacionais não recebiam qualquer apoio. Mais uma vez é evidenciada a falta de sensibilidade existente

quando se criar a expectativa de que as mulheres das comunidades teriam poder financeiro para garantir o deslocamento e acomodamento durante o decorrer do Fórum, mais alarmante era o facto do tema central que ia ser discutido ser a pobreza. Os membros da GROOTS Quénia conseguiram solucionar o problema criando uma linha de solidariedade: pediram aos participantes internacionais que cedessem o valor que lhes era pago por um dia de permanência no país. Como resultado, mais de 100 mulheres obtiveram financiamento para participar no Fórum.

No mesmo evento apenas uma das mulheres foi convidada para comer com os/as restantes participantes, e, como forma de protesto por terem feito uma distinção entre as mulheres e terem tentado eleger um/a líder as mulheres reuniram-se e cozinham nas escadas do espaço onde decorria a conferência. Isto chamou a atenção de delegados e as mulheres tiveram a oportunidade de comunicar a desilusão que sentiam por não serem ouvidas e não ser aproveitada ao máximo a sua presença, como tal foi-lhes concedida a palavra. A GROOTS Quénia determinou que não existiam condições para se falar sobre a pobreza quando os indivíduos pertencentes às comunidades mais pobres não podiam participar. Desde então os/as moradores/as de zonas pobres, incluindo zonas urbanas têm uma taxa de inclusão obrigatória de 30%. (Okech, 2008) Por ter sido criada em 1995 e atualmente continuar as suas atividades permitiu um acompanhamento próximo de todas as mudanças criadas através do *gender mainstreaming* no palco internacional, tendo sido muitos os contributos oferecidos pela GROOTS Quénia.

Conclusões

Vulnerabilidade e capacidade de adaptação são conceitos que ganham dimensão quando analisados através de uma perspetiva de género. Encontrando-se em diversos contextos desproporcionalmente vulneráveis, as mulheres têm nos anos mais recentes sido alvo de maior atenção por parte das grandes instituições,

empresas e nações, que procuram minimizar políticas e práticas que perpetuam a desigualdade de género.

Globalmente, as mulheres são responsáveis pela subsistência das suas famílias e simultaneamente pela gestão do ambiente que as rodeia, e pelas alterações que este vai sofrendo. Devido às relações de poder de género, o conhecimento que as mulheres possuem é muitas vezes negligenciado não sendo consideradas como agentes de mudança.

Nesse sentido, e de forma a melhor se compreender o impacto das alterações climáticas, é necessária uma análise das alterações ambientais através de uma perspectiva de género que permitirá uma melhor compreensão da utilização dos recursos naturais, o consumo de serviços e bens e a forma como experimentam a degradação ambiental. As mulheres encontram vulnerabilidades e desvantagens a vários níveis: geralmente o seu rendimento é mais baixo do que o dos homens, representando uma dificuldade acrescida na adopção de novas técnicas agrícolas e aquisição de equipamento moderno que permitam uma adaptação às alterações climáticas, caso exijam uma grande investimento de capital. Estando a sua capacidade adaptativa comprometida torna as mulheres mais vulneráveis.

Devido ao desenvolvimento da área de estudos das mulheres através da abordagem *Women in Development* (WID), ocorrida durante a década de 70, numa fase inicial de promoção dos direitos das mulheres onde era feita a sua inclusão em iniciativas de desenvolvimento. Mais tarde progrediu para o conceito atualmente aceite - *Gender and Development* (GAD) após a Plataforma de Ação de Pequim em 1995. A transversalização da perspectiva de género passou a ser aceite como uma ferramenta de análise no processo de apreciação das implicações para mulheres e homens de qualquer legislação, políticas ou programas.

Foram identificadas diferenças no que diz respeito aos papéis de género atribuídos a homens e mulheres, sendo geralmente as mulheres responsáveis por tomar conta das crianças e das lides domésticas o que não lhes deixava muito tempo para se dedicarem aos estudos ou progressos na carreira; num nível

socioeconómico observou-se que de modo geral os salários das mulheres são inferiores aos dos homens, ficando mais vulneráveis mães solteiras e mulheres idosas; de nível legal onde acesso a empréstimos poderá ser dificultado ou negado às mulheres, como se registou no Quênia; de nível político onde se observou uma falta de representação política feminina em cargos de maior visibilidade e influência o que contribuí para a inexistência de legislações de mitigação e adaptação que se foquem nas necessidades das mulheres; de nível físico ou biológico ficando por exemplo as mulheres grávidas mais vulneráveis a doenças e má nutrição quando expostas a alterações climáticas.

Na temática das alterações climáticas quando a análise é feita através da transversalização da perspetiva de género as dificuldades encontradas pelas mulheres também ocorrem em diversas áreas: poderá ser dificultado o acesso a água potável as mulheres que são geralmente responsáveis pela sua recolha. Devido ao aumento da temperatura e prolongados períodos de seca as mulheres têm de percorrer distâncias maiores e o tempo despendido também aumentará, o risco de raparigas em idade escolar terem de abandonar a escola para ajudar suas mães a recolher água também aumenta.

No setor agrícola onde muitas mulheres pobres que habitam em zonas rurais encontram sustento, o impacto das alterações climáticas poderá reduzir drasticamente o seu nível de produção e causar a propagação de doenças no gado. A baixa na produção também leva a uma diminuição de rendimento o que compromete a capacidade de aplicação e diversificação das técnicas agrícolas, caso requeiram investimento de capital. Com a ocorrência de inundações e o aumento de temperatura a disseminação de doenças ocorre com maior frequência, por exemplo, um elevado número de águas paradas após as chuvas e a temperatura mais elevada aumenta o número de mosquitos que podem ser portadores do vírus da malária.

A saúde das populações é gravemente afetada pelas alterações climáticas, aumentando o número de mortes causado durante as vagas de calor principalmente entre os mais vulneráveis (crianças, grávidas e idosos). O acesso a boas práticas de higiene fica comprometido devido à escassez de água potável que é utilizada primeiramente para consumo e para cozinha ficando o seu aproveitamento para limpeza e saneamento em último lugar.

O índice de desastres naturais também aumenta e as mulheres ficam particularmente desprotegidas. Tendo o acesso a rendimento comprometido e geralmente auferindo menos do que os homens têm mais dificuldade em reconstruir as suas casas e cuidar das suas famílias, ao encontrarem-se em situações de desalojamento também estão mais expostas a crimes de violência e abuso sexual.

Na parte empírica do trabalho é feita uma análise ao trabalho desenvolvido pela GROOTS Quênia que utiliza uma abordagem de *gender mainstreaming* na criação e implementação de projetos que visam combater as alterações climáticas. O foco do seu trabalho passa pela formação e capacitação de mulheres, procurando quais os problemas que estas identificam e encontrar soluções dentro das suas comunidades capacitando-as para atingirem os objetivos a que se propõem. A sensibilização das comunidades, o envolvimento dos homens, a utilização de todo o financiamento obtido para a educação das mulheres garantido o seu empoderamento muito contribuem para o aumento significativo da sua capacidade de negociação e aquisição de conhecimentos sobre as tomadas de decisão dentro das suas comunidades.

O projeto “Acelerando o acesso das mulheres rurais aos mercados e comércio agrícola” é um exemplo de boas práticas a seguir pois permitiu a passagem do conhecimento que as mulheres adquiriram para as suas comunidades. Ocorreu um aumento efetivo na produção que se traduziu num aumento dos

rendimentos, mas considero mais importantes os efeitos a longo prazo que a educação das mulheres rurais de Nakuru e Kitui trazem. Sabem onde e como pedir empréstimos porque receberam formação sobre essa temática e fazem uma melhor gestão dos seus rendimentos adquirindo um espírito empreendedor, existe um trabalho em equipa e sentido de união resultante da criação de fundos comunitários e a aprendizagem sobre as vantagens que *lobbying* e a advocacia proporcionam, sabem também implementar novas técnicas de produção agrícola que permite fazer frente aos obstáculos criados pelas alterações climáticas. O projeto também permitiu que as mulheres ocupassem posições de liderança dentro das suas comunidades garantindo assim que diálogos e legislações futuras sejam sensíveis às vulnerabilidades sentidas pelas mulheres e as capacitem enquanto agentes capazes de transformar os diversos contextos em que se inserem.

Concluimos que projetos criados com o objetivo de capacitar as comunidades, trabalhando com os indivíduos e para os mesmos têm um sucesso duradouro. Através *gender mainstreaming* procura-se assegurar que questões relacionadas com género são efetivamente discutidas e tratadas no palco internacional, criando pressão contínua sobre agentes que se encontram em posições de poder e que podem contribuir para a geração mudanças estruturais.

Bibliografia

- Aguilar, L. (2002). *The Unavoidable Current*. ABSOLUTO SA.
- Bonewit, A. (2015). *The Gender Dimension of Climate Justice*. Bruxelas: European Parliament.
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, C. (2013). *Plataforma das Mulheres*. Obtido em 14 de abril de 2019, de <http://plataformamulheres.org.pt/site/wp-content/ficheiros/2016/01/Plataforma-Accao-Pequim-PT.pdf>
- European Institute for Gender Equality b, E. (s.d.). *Environment and climate change*. Obtido de <http://eige.europa.eu/gender-mainstreaming/policy-areas/environment-and-climate-change>
- European Institute for Gender Equality, E. (2012). *Review of the Implementation in the EU of area K of the Beijing Platform for Action: Women and the Environment*. União Europeia. Obtido em 19 de maio de 2018, de <file:///C:/Users/N%C3%BAria%20Neves/Downloads/Gender-Equality-and-Climate-Change-Report.pdf>
- FAO. (2014). *Kenya: Food and Agriculture Organization Country Programming Framework for Kenya, 2014-2017*. FAO.
- GenderCC, W. f. (julho de 2017). *Facing Challenges and Generating Opportunities*. Obtido de GenderCC: https://gendercc.net/fileadmin/inhalte/dokumente/5_Gender_Climate/Agriculture/Gender_CC_Case_Study_Booklet.pdf
- GROOTS Kenya b. (janeiro de 2015). *Accelerating Rural Women's access to Agricultural Markets and Trade*. Obtido em 21 de agosto de 2019, de <http://businessdocbox.com/Agriculture/77488374-Accelerating-rural-women-s-access-to-agricultural-markets-and-trade-project-progress-report-october-november-december-2014.html>
- GROOTS Kenya c. (2016). *Accelerating Rural Women's Access to Agricultural Markets and Trade Project*. Obtido em 28 de agosto de 2019, de

- <https://grootskenya.org/wp-content/uploads/2016/06/Accelerating-rural-women-access-to-markets-and-trade.pdf>
- GROOTS Kenya. (s.d.). *GROOTS Kenya*. Obtido em 11 de agosto de 2019, de <https://grootskenya.org/about-groots-kenya/>
- Hemmati, M. (novembro de 2009). *Gender into Climate Policy*. Obtido em 20 de maio de 2018, de Gender CC - Women for Climate Justice: https://gendercc.net/fileadmin/inhalte/dokumente/5_Gender_Climate/toolkit-gender-cc-web.pdf
- International Food Policy Research Institute. (Dezembro de 2016). *Kenya Agricultural Development Status Assessment*. Obtido em 4 de Junho de 2019, de <http://ebrary.ifpri.org/utils/getfile/collection/p15738coll2/id/131060/filename/131271.pdf>
- Inter-Parliamentary Union. (s.d.). *Inter-Parliamentary Union*. Obtido em 25 de julho de 2019, de <https://data.ipu.org/women-ranking?month=9&year=2019>
- Japan Social Development Fund, & Banco Mundial. (s.d.). *Grant Funding Proposal FY11 - Round 33*. Obtido em 27 de agosto de 2019, de Banco Mundial: <http://documents.worldbank.org/curated/en/897151518086335216/pdf/123307-FP-Kenya-Accelerating-Rural-women-s-access-to-agricultural-market-and-trade-Pubic.pdf>
- Kenya Land Issuance. (2018). *Kenya Land Issuance: Disaggregated Land Analysis*.
- Kenya National Bureau of Statistics. (2016). *Micro, Small and Medium Establishments: Basic Report*.
- Kenya National Bureau of Statistics, National AIDS Control Council, Ministério da Saúde, Kenya Medical Research Institute, National Council for Population and Development, & The DHS Program - ICF International. (2014). *Kenya Demographic and Health Survey*.

- Okech, A. (2008). *AWID's Building Feminist Movements and Organizations*.
Obtido em 12 de agosto de 2019, de
<https://www.awid.org/publications/changing-their-world-concepts-and-practices-womens-movements>
- Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, O. (janeiro de 2009).
Gender and Environment: A guide to the integration of gender aspects in the OSCE's environmental projects. Obtido de OSCE:
<https://www.osce.org/gender/36360?download=true>
- Oxfam. (2010). *Gender, Disaster Risk Reduction, and Climate Change Adaptation*. Obtido de Gender & Disaster Network:
<https://www.gdnonline.org/resources/OxfamGender&ARR.pdf>
- Parlamento Europeu, P. (5 de maio de 2017). *Climate change: mitigating the impact on women*. Obtido em 23 de abril de 2018, de European Parliament News:
<http://www.europarl.europa.eu/news/en/headlines/society/20171201STO89304/climate-change-mitigating-the-impact-on-women>
- Razavi, S., & Miller, C. (1995). *From WID to GAD: Conceptual Shifts in the Women and Development Discourse*. Suíça: Nações Unidas.
- Schultz, I., & Stieb, I. (2009). *Policies to Promote Sustainable Consumption Patterns*. Frankfurt: Institute for Social-Ecological Research (ISOE).
- Sida. (março de 2016). *Gender and the Environment*. Obtido de
https://www.sida.se/contentassets/0b57532e484543199b0485c0984d731a/gender_and_environment.pdf
- Unicef. (2010). *Climate Change Kenya: Focus on Children*. Obtido em 21 de 05 de 2019, de <https://www.unccd.int/sites/default/files/relevant-links/2017-06/climatechangekenya2010web.pdf>
- United Nations Economic Commission for Europe, U. (2012). *Empowering Women for Sustainable Development*.
<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/549ece4.pdf>:
United Nations.

- United Nations Framework Convention on Climate Change, U. (2019). *Differentiated impacts of climate change on women and men*. Obtido em 13 de agosto de 2019, de https://unfccc.int/sites/default/files/resource/sbi2019_inf8.pdf
- United Nations Programme Environment, T. (2015). *Gender Equality and the Environment*. Obtido de United Nations Environment Programme: https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/7655/-Gender_equality_and_the_environment_Policy_and_strategy-2015Gender_equality_and_the_environment_policy_and_strategy.pdf.pdf?sequence=3&isAllowed=y
- United Nations Women, U. W. (julho de 2017). *Facts and Figures: Economic Empowerment*. Obtido em 20 de maio de 2018, de United Nations Women: <http://www.unwomen.org/en/what-we-do/economic-empowerment/facts-and-figures#notes>
- Zachariassen, H. H. (2012). *Learning gender mainstreaming through practice: DIGNI's Women Empowerment and Gender Equality programme (WEGE)*. Oslo: Digni.